

# Leitura

## Da criança ao menor

José Augusto Guilhon Albuquerque\*

Como toda tese bem fundada, o livro de Marlene Guirado sobre **Instituições e relações afetivas** não se baseia em idéias e propósitos, mas resulta da organização do “(seu) pensamento e (sua) prática profissional e política” (p.16), embora não necessariamente nesta ordem. Estou convencido de que a maneira como percebemos um objeto social (seja uma instituição ou organização, ou qualquer situação socialmente significativa) está intimamente associada à maneira como a praticamos.

Por exemplo: não é difícil entender a incrível falta de urbanidade dos brasileiros quando nos damos conta de que, neste país, a rua e a coisa pública sempre foram para os ricos, o seu quintal e, para os pobres, “coisa dos outros”. Já temos aí uma indicação de como é difícil entender, partindo de uma ótica do Estado, o que vem a ser mais essa “coisa dos outros”, mais esse quintal da sociedade, dentro do quintal maior da pobreza, que é a institucionalização da criança abandonada e do infrator, em uma palavra: do menor (Deixo as aspas ao gosto do leitor, pois confesso que fui incapaz de escolher as palavras que deixaria sem elas.)

O mérito primeiro e fundamental de Marlene Guirado neste livro é, portanto, o de despir-se de uma percepção previamente institucionalizada e de uma intenção previamente institucionalizadora. É porque sua prática não se confunde com a prática institucional; porque sua prática não tem a pretensão onipotente de ser, para a criança, a plenitude de sua carência, nem a correção de sua inclinação para a infração, nem o controle do seu desgoverno (p. 37); que Marlene pode tentar perceber algo do que se

passa na transformação da criança em menor.

De nada adiantaria invocar foucaults e lacans, ou guilhons, grandes e pequenos demônios, sem essa espécie de purificação do olhar e do gesto (exagero deliberadamente nas metáforas místicas), porque sem isso as palavras mágicas serão menos **flatus vocis**. Isto é, sem a prática da análise dos assim chamados fatos, sem a análise de sua própria relação com o objeto de análise, sem a análise de seu próprio discurso sobre o discurso que se quer objetivar pela análise, as teorias nada mais são do que palavras.

Marlene Guirado pretende entender como a Febem/SP, ao transformar crianças em menores, reproduz permanentemente uma clientela que ocupa o lugar do abandono, da infração e do desgoverno, reproduzindo-se, ao mesmo tempo, como monopólio da plenitude, da correção e do controle. Pretende entender a natureza do vínculo que assim se estabelece e suas significações afetivas para os atores em presença (p.37-38).

Para isso, Marlene recorre à análise do discurso dos atores institucionais significativos e efetivamente implicados na produção do objeto institucional. Para fazer percurso análogo, muitos têm cedido à tentação de desenvolver grandes introduções com o **referencial teórico**, às quais juntam transcrições literais da **fala** dos entrevistados—escolhida a partir de critérios de sensibilidade subjetiva—e que culminam com interpretações que, em geral, já estavam contidas nas premissas e nada acrescentam ao preconcebido. Marlene, ao contrário, corre o risco da análise.

Ela mostra as cartas desde o início, anuncia sua estratégia e nos deixa conferir até que ponto suas hipóteses se sustentam na prova da análise. Para isso trabalha com o discurso, e com duas perspectivas diferentes.

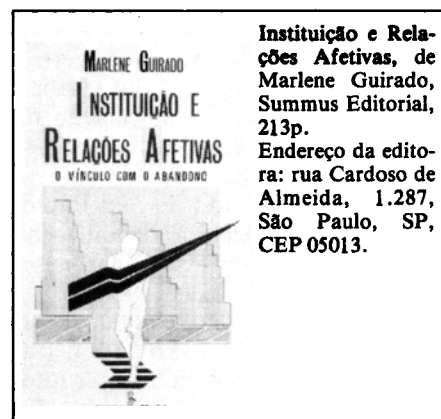
Para entender como o menor se produz institucionalmente, recorre ao discurso como representação de relações e posições institucionais e, a par-

tir dessas representações, reconstrói as práticas de **menorização** das crianças e dos funcionários (capítulos III e IV).

Para entender as significações afetivas do vínculo, recorre ao discurso enquanto linguagem e procura encontrar as articulações inconscientes do significante. De um lado, o que eu chamaria de análise de produção institucional, de outro, Lacan.

Para muitos essa dupla referência redundaria em sincretismo. Em conceitos, senão idéias, fora do lugar. No livro de Marlene Guirado, trata-se de análises independentes, cada uma distinta em seu próprio plano de análise, construindo seu próprio objeto.

Só vendo. Ou melhor, só lendo. Garanto que vale a pena.



## A Psicologia no 2.º grau

Regina Aparecida Loureiro Caroni\*

Além de discutir aspectos importantes das mudanças curriculares ocorridas no ensino de 2.º grau do Estado de São Paulo, o livro *Psicologia no ensino de 2.º grau* contribui para subsidiar o trabalho docente do professor de Psicologia e também registra o fruto de um trabalho conjun-

\*Regina Aparecida Loureiro Caroni é membro da Equipe de Psicologia da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), órgão da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

\*José Augusto Guilhon Albuquerque é professor de Ciência Política na USP, autor de *Metáforas da Desordem (Paz e Terra)*, *Instituição e Poder* (Edições Graal).

# Leitura

to realizado pela Comissão de Ensino do Conselho Regional de Psicologia / 6.ª região, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Pela primeira vez, envolvem-se num trabalho conjunto os especialistas de entidades de classe e de um órgão central e técnico da Secretaria da Educação, visando a um objetivo educacional.

A atuação conjunta destas três entidades vem ocorrendo de forma a estimular o processo de implantação da disciplina de Psicologia na Parte Diversificada dos currículos do ensino de 2.º grau. O Grupo de Trabalho, formado por especialistas destas três entidades, elaborou não só uma Sugestão de Conteúdo Programático, como também tem procurado — sempre que se faz necessário — sugerir e solicitar a adoção de medidas visando ao fortalecimento e à ampliação da Psicologia no 2.º grau, articulando-se com as Associações dos Filósofos e Sociólogos do Estado de São Paulo, que visam, também, à revitalização de suas respectivas disciplinas nesse nível de ensino.

O mérito de *Psicologia no ensino de 2.º grau* é justamente o de registrar um fato histórico-político ao ser retomada a importância das Ciências Humanas, nos currículos das Escolas de 2.º grau do Estado de São Paulo, para contribuir na formação geral de nossos jovens, além de ser um ponto de partida para uma discussão mais ampla e abrangente sobre o conteúdo que poderá ser desenvolvido junto aos educandos. Não se trata da conclusão de um trabalho, mas sim de um questionamento sobre o ensino da Psicologia no 2.º grau, sendo uma referência para a discussão da proposta curricular.

Para efeito de análise, o livro pode ser dividido, a meu ver, em três partes. A primeira delas faz a apresentação da *Sugestão de Conteúdo Programático* que se estrutura em torno de um tema central — o homem, enquanto ser total, que interage

no mundo — composto por dez aspectos que se prestam ao desenvolvimento desse tema. Tais aspectos são: caracterização da psicologia, neutralidade científica, comportamentos aprendidos e herdados, conceito de normal e anormal, motivação humana, alienação, comunicação, emoção e afetividade, agressividade, trabalho e profissão.

A segunda parte do livro constitui-se no desenvolvimento de cada um dos aspectos da Sugestão de Conteúdo, por meio de textos elaborados pelos diferentes especialistas que proferiram palestras no Curso *Psicólogo: docente no ensino de 2.º grau*, realizado em outubro de 1985, em São Paulo.

Cada um dos autores discorre sobre um dos dez aspectos propostos no Conteúdo Programático, procurando fornecer uma visão geral sobre o assunto, bem como uma bibliografia para pesquisa e/ou aprofundamento do mesmo. Em um dos capítulos, sobre a necessidade de contribuições para a compreensão da adolescência, Fermino Fernandes Sisto faz uma análise crítica da literatura disponível no Brasil sobre adolescência, além de levantar questões importantes que são deixadas de lado em muitos dos estudos existentes. Apesar de este texto não se relacionar a nenhum dos aspectos inseridos no Conteúdo Programático, sua inserção é pertinente, pois é, em tese, com o adolescente que o professor irá atuar no ensino de 2.º grau.

Como o número de textos inseridos no livro é bastante grande, são deixados de ser citados a maioria deles, por absoluta falta de espaço numa resenha, mas todos trazem contribuições valiosas ao leitor e, em especial, ao professor de Psicologia.

A terceira parte do livro diz respeito às mudanças curriculares ocorridas no Estado de São Paulo. Ao serem discutidas a problemática e a perspectiva da Psicologia no 2.º grau, colocam-se questões que devem ser enfrentadas por toda a categoria, tais como: a importância da docência no

2.º grau; a confusão de papéis entre o psicólogo que dá aula e o professor de Psicologia; e a necessidade de revisão dos cursos de licenciatura para a melhoria da qualidade do profissional que irá atuar no 2.º grau.

No último capítulo, são apresentados também os aspectos legais que envolvem a docência de Psicologia bem como suas áreas de aplicação. É válida essa colocação para que a categoria se conscientize de seus direitos, pois durante muitos anos o licenciado não se interessou ou, talvez, não lhe deram possibilidades para se interessar pela docência no 2.º grau. Ao decorrer de longos anos, esse fato acarretou distorções quanto às atribuições de aulas, nesse nível de ensino, ao licenciado de Psicologia. É hora de ter-se em mente que a atuação na docência é um passo decisivo para o engajamento do psicólogo no sistema educacional como um todo, tendo-se em vista que a ciência psicológica tem trazido grandes contribuições para mudanças pedagógicas.

O presente livro versa sobre uma variedade de assuntos com a finalidade de subsidiar o professor, tornando público o trabalho que vem sendo desenvolvido no Estado de São Paulo e dando conhecimento à categoria sobre a importância de lutar para que a Psicologia e suas áreas de aplicação sejam ministradas em escolas de 2.º grau pelo licenciado em Psicologia.

